



ARTIGO



O lugar da mulher com deficiência é onde ela quiser?

Estudo sobre a relação entre Gênero e Deficiência na Educação Superior

Jackeline Susann Souza da Silva, *doutora em Educação e professora da Universidade Estadual do Ceará.*

Samuel da Silva Lima, *graduando do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará.*

Maria Aurélia Rebouças Feitoza, *graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará.*

Resumo. O objetivo do artigo é mapear publicações sobre Gênero e Deficiência na Educação Superior. As pesquisas que relacionam Gênero e Deficiência na Educação Superior, especialmente com destaque para as experiências universitárias de mulheres com deficiência, ainda são incipientes. A consequência da pouca disseminação científica é a invisibilidade das barreiras que afetam essas mulheres e as impedem de ingressar, permanecer e concluir a Educação Superior. Considerando esses aspectos, o presente artigo é uma revisão de literatura, do período de 2018 a 2024. Constatou-se que, embora reduzido o número de publicações identificadas, há textos publicados sobre Gênero e Deficiência na Educação Superior com foco nas experiências de mulheres com deficiência. Mesmo que de forma exploratória, essas pesquisas indicam que o entrelace entre Gênero e Deficiência nas investigações é fundamental para dar visibilidade às barreiras que afetam, em particular, mulheres com deficiência na trajetória universitária.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Deficiência. Educação Superior. Revisão de literatura.



Introdução

Desde a publicação da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), documento que introduziu mundialmente o princípio da inclusão, as instituições de ensino são chamadas por sua responsabilidade social na identificação de mecanismos de exclusão que atingem, no interior das escolas, os discentes em razão de Gênero, Deficiência, Etnia, contexto geográfico, entre outros.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011) indicam que as pessoas com deficiência representam mais de um bilhão de pessoas, ou seja, 15% da população mundial. Apesar da grande representatividade, mais de 70% do grupo não têm acesso à escolarização. Além disso, as crianças com deficiência têm menores oportunidades de acesso à escola e estão sujeitas a baixas expectativas de desempenho escolar (OMS, 2011).

A situação do acesso à Educação torna-se mais complexa quando entrelaçam-se aspectos de Gênero, já que menos de 1% das mulheres com deficiência no mundo foram alfabetizadas no início do século 19 (OMS, 2011). Desta forma, perguntamos: Como essas mulheres podem chegar a níveis elevados de escolarização se são negligenciadas na pirâmide educacional? O debate sobre a democratização do espaço universitário é plural, uma vez que a exclusão social impacta a vida de diferentes grupos, como mulheres e homens com deficiência, pessoas de baixa renda, imigrantes, populações negras e grupos indígenas.

No caso de mulheres com deficiência há, no mínimo, a dupla vulnerabilidade (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014). Sabendo disso, perguntamos: Será que as relações entre Gênero e Deficiência se refletem no acesso e na permanência de mulheres com deficiência na Educação Superior? É com base nessa indagação que a presente investigação tem como objetivo mapear a produção científica sobre a temática em questão.

Esta pesquisa é resultado do Projeto de Iniciação Científica intitulado “Estudo Referencial de Indicadores de Acessibilidade e Gênero para a Educação Superior”, desenvolvido em uma universidade pública no nordeste brasileiro. A pesquisa parte do pressuposto de que a ampliação do acesso à Educação Superior é uma realidade recente para pessoas com deficiência. A história narra, de forma incansável, a exclusão social dessas pessoas de espaços públicos como escolas e universidades. Diante disso, é necessária a adoção da perspectiva interseccional para averiguar as oportunidades educacionais, uma vez que “[...] a interseccionalidade é, atualmente, um conceito relevante na



discussão sobre políticas e práticas de educação inclusiva” (SILVA, 2020, p. 4).

Alonso (2010) acrescenta a questão da desigualdade à análise interseccional que, na experiência social, compõe:

[...] vários eixos (raça, etnia, gênero etc.). Os indivíduos situados entre eixos diversos (mulheres negras, lésbicas etc.) sofreriam a desigualdade de modo único e qualitativamente diferente. Em geral, considera-se que, para aplicar políticas mais justas e inclusivas, é necessário ter em conta que nem homens nem mulheres são grupos homogêneos e, como tal, se vêem afetados por mais de um tipo de discriminação (ALONSO, 2010, p. 26).

No caso das mulheres com deficiência, elas enfrentam a interseção entre machismo e capacitismo (e podendo incluir outras), o que resulta em experiências únicas de opressão, exclusão e discriminação na Educação Superior. O machismo perpetua estereótipos de inferioridade feminina e, somado ao capacitismo, desconsidera a capacidade e o direito à autonomia na Educação Superior, gerando dupla opressão e violência simbólica (SILVA, 2020; BEZERRA; FARIAS; MAGALHÃES, 2023).

As mulheres com deficiência enfrentam discriminações coletivas, relacionadas tanto à subestimação de sua competência intelectual como também a sua capacidade física e funcional; aspectos que dificultam, em dimensões subjetivas no cotidiano e no acesso a oportunidades na Educação Superior. A combinação dessas discriminações e da violência de gênero reforça a estrutura educacional excludente, comprometendo a equidade e a inclusão no ambiente acadêmico.

Refletindo sobre esses aspectos, é fundamental adotar a perspectiva interseccional das políticas e práticas institucionais, bem como nas pesquisas científicas com o intuito de dar visibilidade às demandas das diferentes mulheres com deficiência na Educação Superior, conforme propõe o presente estudo.

Metodologia

Esta pesquisa é uma revisão de literatura que tem como propósito mapear a produção científica sobre Gênero e Deficiência na Educação Superior e, a partir desse levantamento, examinar as condições de



acessibilidade ou as barreiras na trajetória universitária de mulheres com deficiência. Esta revisão é a continuação do estudo de Silva e González-Gil (2017), intitulado “Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científica”, no qual se constatou que, no período de 2013 a 2017, não havia investigações com foco na Educação Superior e Deficiência, envolvendo a análise das categorias “Gênero”, “Feminismo” e “Mulheres com Deficiência”. Deste modo, a pesquisa atual decorre dessa lacuna, averiguando se esta persiste na produção científica de janeiro de 2018 a agosto de 2024.

A plataforma de pesquisa escolhida foi o Google Acadêmico, devido a amplitude de periódicos e bibliotecas integradas a esse repositório. Além disso, o Google Acadêmico dispõe de ferramentas de filtragem, como delimitação do período das publicações; acompanhamento de citações e de autores por temática em ordem quantitativa; acesso a indexadores nacionais e internacionais e a possibilidade de extensão adicionada ao Google Chrome para receber notificações de novas publicações sobre a temática delimitada na plataforma. Essas ferramentas são fundamentais para uma Revisão de Literatura que parte da análise de publicações ainda pouco disseminadas, como no caso desta pesquisa, uma vez que a escolha exclusiva de periódicos e repositórios demandaria maior tempo de busca e de exame das publicações.

No que se refere aos descritores, os termos utilizados de forma combinada foram os seguintes:

Quadro 1 - Descritores da Revisão de Literatura

Descritores Primários	Gênero	Deficiência	Educação Superior
Descritores Secundários	Mulheres com Deficiência	Acessibilidade	Universidade
Total: 6 descritores			

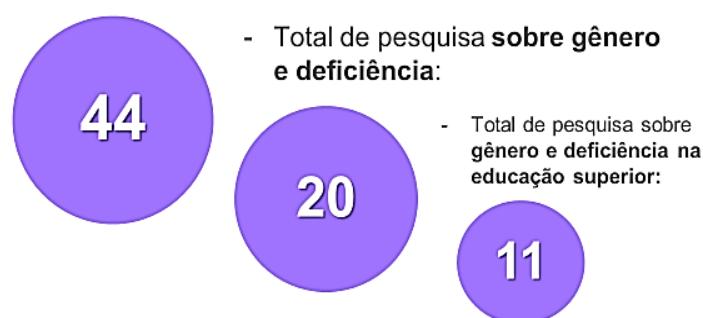
Fonte: Elaboração própria.

Na primeira etapa das buscas, foram identificados 44 textos publicados. Após a filtragem inicial, que consistiu na leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, permaneceram 31 publicações que melhor se relacionam com os descritores delimitados (Quadro 1). Das 31 publicações mapeadas, 20 textos abordam, de forma geral, as temáticas de Gênero e Deficiência, e apenas 11 publicações especificam a Educação Superior como categoria de análise, conforme os recortes apresentados na figura a seguir:



Figura 1 - Quantitativo de pesquisas identificadas no Google Acadêmico (2018-2024)

Total de pesquisas identificadas:



Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 2 apresenta as 11 pesquisas, identificadas no Google Acadêmico, sobre Gênero e Deficiência e que trazem, direta ou indiretamente, a categoria “Educação Superior”:

Quadro 2 - Publicações sobre Gênero e Deficiência na Educação Superior (2018 a 2024)

Nº	Autor(s)	Título da publicação	Local	Ano
01	Beche, R. C. E. Mendes, G. M. L.	O que nos mostra a produção científica sobre as mulheres com deficiência no Ensino Superior?	Rio Grande do Sul	2023
02	Hugill, M. S. G. <i>et. al. (organização)</i>	Coleção Sistema de justiça, gêneros e diversidade.	Florianópolis	2023
03	Bezerra, A. V. <i>et. al.</i>	Estudos interseccionais da deficiência: experiências sexistas e capacitistas vivenciadas por uma estudante cega no ensino superior.	Paraíba	2023
04	Elsner, L. O. Silva, B. M. S.	Violência contra as mulheres com deficiência no Brasil: Uma análise das (in)suficiências da coleta de dados à luz do Direito.	Florianópolis	2023
05	Veronezi, D. P. O. <i>et. al.</i>	Mulheres com deficiência na docência brasileira.	Rio Grande do Sul	2022
06	Costa, A. C. B. <i>et. al.</i>	Representações sociais de Mulheres Surdas mirienses sobre si.	São Paulo	2021
07	Torres, N. E. Costas, F.	Mulheres com deficiência na Educação Superior: afirmação de direitos e processos de autonomia.	Curitiba	2021
08	Silva, J. S. S.	A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de	Rio Grande do Sul	2020



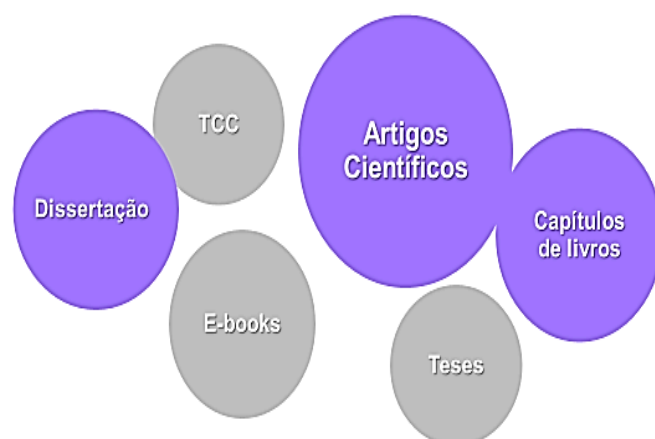
		mulheres com deficiência na universidade.		
09	Silva, T. S.	Gênero e Deficiência: Desafios e Adaptações na Educação Superior.	Rio de Janeiro	2020
10	Miranda, A. M. D.	Estudo sobre as Trajetórias de Empoderamento de Mulheres Surdas na Universidade Federal da Paraíba.	Paraíba	2019
11	Silva, J. S. S.	Indicadores de accesibilidad para la educación superior desde la perspectiva de la equidad de género.	Salamanca (Espanha)	2019

Fonte: Elaboração própria.

O quantitativo reduzido de textos que contemplam todos os descritores comprova a necessidade de ampliar as pesquisas sobre a temática em questão. Em vista de apenas 11 publicações trazerem resultados sobre a relação entre Gênero e Deficiência na Educação Superior, optamos por realizar a leitura pormenorizada dos textos mapeados na primeira filtragem. Realizamos o cruzamento das informações entre os textos para elaborar inferências e interpretações, de forma a nos aproximar das experiências de mulheres com deficiência na Educação Superior e explorar pontos de análise que podem ser aprofundados em pesquisas futuras.

Quanto ao tipo de publicação que emergiu nas buscas, a maior parte constituiu-se de artigo científico, publicados em periódicos de impacto na área da Deficiência e Educação. Entretanto, outros formatos também foram encontrados, como capítulos de livros digitalizados, e-books, teses, dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC):

Figura 2: Formato das publicações identificadas nas buscas no Google Acadêmico (2018-2024)



Fonte: Elaboração própria.

A organização e a análise dos dados foram realizadas em cinco etapas: 1) reuniões com os autores para a divisão dos textos e direcionamentos para a leitura pormenorizada; 2) leitura e preenchimento do Quadro Norteador de Pesquisa (QNP) com os elementos centrais das publicações: referência; objetivo da pesquisa; principais conceitos e definições; procedimentos metodológicos e resultados; 3) compartilhamento entre os autores, em nuvem online, dos QNPs para que o grupo tivesse uma visão panorâmica das pesquisas revisadas; 4) encontro com a comunidade universitária para apresentação e diálogo sobre os dados desta revisão de literatura e 5) escrita colaborativa com momentos individuais e coletivo para analisar as interpretações e inferências, geradas ao longo da elaboração textual.

Cabe ressaltar que a etapa quatro da pesquisa permitiu à comunidade universitária ter acesso aos dados desta Revisão de Literatura e, com isso, foi possível estabelecer um diálogo acerca dos resultados das publicações. Por ser uma temática pouco difundida na universidade, isso despertou o interesse de um número representativo de discentes que estiveram presentes no dia do encontro. Esse momento formativo foi enriquecedor, tanto para a comunidade universitária quanto para os pesquisadores envolvidos no estudo, pois trouxe questionamentos, exemplos, narrativas, proposições e novas reflexões acerca da temática de Gênero e Deficiência na Educação Superior.

Resultados e Discussão



Esta seção discute os dados coletados na Revisão de Literatura sobre Gênero e Deficiência na Educação Superior. A primeira parte, apresenta os elementos exploratórios das publicações com ênfase nas categorias de análise que emergiram predominantemente nos textos e nos aspectos gerais das publicações, como objeto de estudo e temáticas principais. Na segunda parte, analisam-se as questões de Gênero no espaço acadêmico com ênfase na estrutura capacitista e sua (re)produção de violência e opressão contra mulheres com deficiência. Por fim, a cultura e a mudança de atitude são examinadas como elementos cruciais na proposta da Educação Superior inclusiva e equitativa.

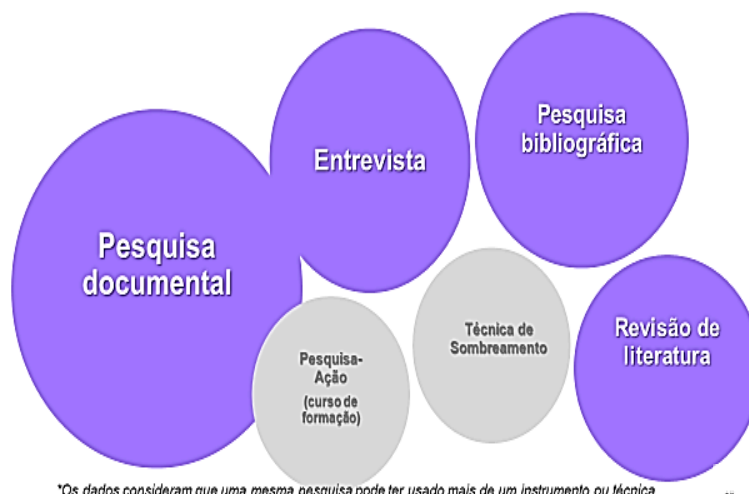
O que dizem as pesquisas sobre Gênero e Deficiência na Educação Superior?

As buscas por publicações com o foco na Educação Superior indicam que, nas últimas duas décadas, houve um crescimento significativo de pesquisas sobre o ingresso de pessoas com deficiência na educação superior (SILVA, 2020). No entanto, embora esse foco tenha ganhado destaque, nota-se que a correlação entre Deficiência e Gênero na Educação Superior ainda é pouco difundida pela comunidade científica: no total de textos mapeados nesta revisão de literatura, apenas 11 publicações abordaram a temática em questão.

A pouca disseminação de estudos sobre Gênero e Deficiência na Educação Superior é um dado relevante, porque revela que há privilégios epistêmicos de determinadas categorias de análise (BARRETO, 2019). Quando não há estudos, por exemplo, sobre mulheres com deficiência na universidade, esse grupo deixa de existir epistemologicamente. Assim, qual o impacto desse “silêncio epistemológico” (BARRETO, 2019, p. 6) para as mulheres com deficiência? É necessário, portanto, explorar este universo desconhecido nas pesquisas e dar visibilidade às demandas desse grupo na Educação Superior.

As pesquisas mapeadas baseiam-se predominantemente na abordagem qualitativa. As técnicas e instrumentos de pesquisa escolhidos pelos autores foram a análise documental, a análise bibliográfica e a revisão de literatura, sendo menor o número de pesquisas de campo, como entrevista, grupo focal ou questionários:

Figura 3. Instrumentos e Técnicas utilizados na Revisão de Literatura



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 3 mostra que, além da pesquisa documental, bibliográfica e revisão de literatura, os pesquisadores realizaram, ainda que em menor quantidade, entrevista, pesquisa-ação (com proposta de formação continuada) e o uso da técnica de sombreamento, sendo esta última um tipo de observação participante aprofundada (SILVA, 2020). É importante enfatizar que a menor adoção de pesquisa de campo por parte dos autores representa uma lacuna, tendo em conta que isso reduz a identificação de aspectos empíricos das vivências de homens e mulheres com deficiência na Educação Superior.

Ao tratar dos aspectos específicos das publicações, o texto de Silva (2019) indica que houve avanço significativo nas pesquisas na área de Educação de pessoas com deficiência na Educação Superior. Contudo, esses estudos ficam restritos à análise clínica, isto é, à luz do modelo médico da deficiência. Segundo França (2013), esse modelo traz uma visão incapacitante sobre as pessoas com deficiência, em que a “desvantagem social” é atribuída como um dado natural ou como consequência da deficiência:

O Modelo Médico (ou Biomédico) da Deficiência a compreende como um fenômeno biológico. Segundo tal concepção, a deficiência seria a consequência lógica e natural do corpo com lesão [...] A deficiência seria em si a incapacidade física, e tal condição levaria os indivíduos a uma série de desvantagens sociais. [...] Abordagem individualista, restrita ao corpo, que alega neutralidade científica e preconiza ações normalizadoras, enquanto rotula os indivíduos como inaptos e ignora as



estruturas sociais que impedem a participação social (FRANÇA, 2013, p. 60, 62).

O trecho de França (2013) evidencia que o modelo médico vai além de um diagnóstico, pois constitui-se em um quadro discursivo complexo perante os corpos das pessoas com deficiência. Assim, quando Silva (2019) aponta que parte das pesquisas, por ela examinada, tem caráter clínico, a autora remete-se, não a uma avaliação médica, mas aos discursos implicados no modelo médico da deficiência. Esse modelo se baseia na noção natural e individual da deficiência em que as barreiras vivenciadas por homens e mulheres são vistas como resultados da condição da deficiência (visão fatalista), culpabilizando essas pessoas por não se adequarem à sociedade em virtude de suas deficiências e não em razão da estrutura capacitista ou machista (SILVA, 2020).

A noção naturalista da deficiência atinge também os gêneros e, com isso, se cristalizam papéis sociais determinados como próprios para homens e mulheres, justificando a visão supostamente biológica/natural dos sexos. Esses processos subjetivos são responsáveis por manter intactas a estrutura capacitista e patriarcal. Portanto, os estudos que têm como pano de fundo o modelo médico ou uma abordagem essencialista e biológica – ainda que não seja intenção dos autores – recorrem a procedimentos que focam na adaptação de homens e mulheres com deficiência ao espaço público, buscando por adequação do seu corpo, mente, linguagem e comportamento aos padrões estabelecidos em determinado espaço social, como as universidades. Nesse contexto, mulheres e homens com deficiência, além de responderem a padrões de normalidade da não-deficiência advindos do modelo médico, necessitam se adequar às expectativas de Gênero (feminilidade e masculinidade) na busca pela inclusão na estrutura universitária (SILVA, 2020).

Em contraposição, o modelo social da deficiência coloca em evidência as barreiras sociais como responsáveis por segregar, excluir ou impedir a vida independente das pessoas com deficiência. Esse modelo evidencia os padrões sociais, tendo em conta que a desvantagem ou a restrição da participação social e do acesso aos direitos fundamentais são frutos da organização social – e não resultado da deficiência –; em uma sociedade que não (ou pouco) leva em consideração as demandas da diversidade de pessoas com deficiência (FRANÇA, 2013); excluindo ou rechaçando seus corpos a partir de marcadores de gênero e deficiência (SILVA, 2020). Ao dar visibilidade à estrutura social, a adoção do modelo social como perspectiva de análise por parte dos pesquisadores



possibilita identificar aspectos relacionais de Gênero e deficiência na experiência universitária de homens e mulheres com deficiência, tanto a partir do que se assemelha quanto ou do se difere como barreiras para eles e elas.

Com destaque para a trajetória universitária de mulheres com deficiência, as pesquisas revisadas (BEZERRA *et. al.*, 2023; BECHE; MENDES, 2023) apontam que este é um caminho extremamente árduo, tendo em vista a ausência de acessibilidade na Educação Superior está relacionada também a aspectos da socialização feminina e com as tarefas do espaço privado, como o papel de mãe, esposa ou cuidadora – ainda que considerando as diferenças de expectativas, comparadas ao papel de gênero atribuído às mulheres sem deficiência (TORRES; COSTAS, 2021; SILVA, 2020).

As mulheres com deficiência estão em um constante estado de luta por ingresso e permanência na educação superior, sobretudo, em cursos com maior presença masculina (SILVA, 2019; 2020). Há, ainda, o fenômeno da invisibilidade do gênero no caso de mulheres com deficiência, pois o imaginário social capacitista reforça a "identidade de invisibilidade [...] ou de visibilidade de sua 'incapacidade'" (SOARES, 2010, p. 22), na qual a deficiência acaba sobrepondo-se a outras características identitárias do indivíduo como o gênero e a raça/etnia (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014). A invisibilidade do gênero em prol da supervalorização da deficiência como incapacidade não anula os papéis de gênero desempenhados por mulheres com deficiência. Ao contrário, isso acaba ocultando as opressões, as violências e as discriminações vivenciadas por esse grupo de mulheres, o que se reflete em barreiras nos espaços públicos, como as universidades.

As pesquisas contextualizam em fatores históricos as barreiras e as desigualdades de gênero na Educação Superior e no acesso ao mercado de trabalho. A história revela que as pessoas com deficiência sofreram e sofrem discriminação e, em diversas culturas, foram e são tratadas como grupo subalterno (BARNES, 1991; SILVA, 2020). As exigências capitalistas impactam de diferentes maneiras na trajetória das mulheres e das pessoas com deficiência, restringindo direitos e liberdades fundamentais por séculos, incluindo barreiras no acesso à escolarização e a níveis mais elevados de formação, como a Educação Superior, à dupla jornada de trabalho, que se estende aos espaços públicos e privados e à invisibilidade de opressões como abusos, violências, preconceitos, desigualdade salarial e condições precárias de trabalho, entre outras situações (TORRES; COSTAS, 2021; SILVA, 2020).



De forma geral, a valorização da eficiência, da velocidade e da maximização da produção da produtividade capitalista estabelecem padrões de desempenho que excluem pessoas com deficiência do mercado de trabalho e contribui para a estigmatização e a falta de oportunidades de inclusão efetiva em espaços laborais e em níveis avançados de formação (BARNES, 1991).

É relevante dizer que a produtividade capitalista atinge de maneira diferente as diversas mulheres, dependendo de fatores geográficos, de renda, étnicos, de deficiência, entre outros. No caso de mulheres com deficiência, a ideia cristalizada de incapacidade das pessoas com deficiência afasta essas mulheres de oportunidades educacionais e laborais, sendo muitas vezes justificada pela dúvida de como essas mulheres, após concluírem o curso superior, desenvolverão suas funções profissionais, sobretudo em áreas técnicas, como Ciências da Computação (SILVA, 2020).

Apesar disso, a luta por políticas de inclusão no acesso e permanência na Educação e na busca por qualificação profissional de mulheres com deficiência na Educação Superior é uma questão recente, pois até pouco tempo, não havia pesquisas que traziam esse enfoque (SILVA; GIL-GONZÁLEZ, 2017). A invisibilidade das mulheres com deficiência no debate público repercute nas estatísticas nacionais: o número de ingressantes com deficiência na carreira de docência universitária é inexistente (permanece invisível) nos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Sobre esse ponto, o artigo “Mulheres com deficiência na docência brasileira” (VERONEZI; RIBEIRO; GOMES, 2021) problematiza a pouca representatividade de homens e mulheres com deficiência no quadro funcional das universidades. Segundo as autoras, em 2010, homens e mulheres com deficiência ocupavam apenas 1% das vagas nos cursos da educação superior no Brasil. Mesmo após oito anos, em 2018, essa porcentagem permaneceu igual (1%).

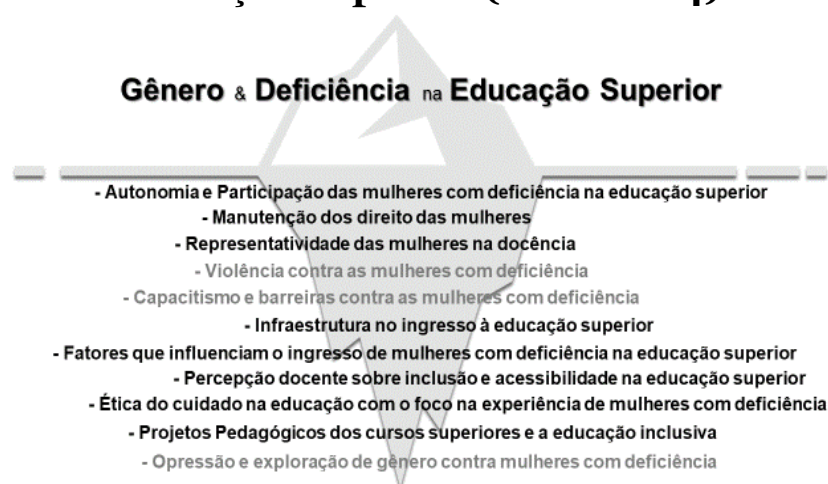
Assim, dentro da pouca representatividade de pessoas com deficiência na docência universitária, perguntamos: Quantas mulheres com deficiência, de fato, conseguem ascender na carreira acadêmica? – rompendo barreiras na graduação e na pós-graduação *stricto sensu* até chegar à docência universitária? Esse dado ainda é uma incógnita tanto nas pesquisas atuais como nos dados oficiais.



Violência, opressão e vulnerabilidade como fatores emergentes nas pesquisas científicas sobre Gênero e Deficiência

Na filtragem dos textos mapeados, as temáticas delimitadas pelos autores caracterizaram-se como diversas, e algumas se entrecruzaram. A Figura 4 apresenta uma ilustração de um *iceberg* para demonstrar as temáticas ocultas nas pesquisas sobre Gênero e Deficiência na Educação Superior, identificadas nesta Revisão de Literatura:

Figura 4. Iceberg das temáticas sobre Gênero e Deficiência na Educação Superior (2018-2024)



Fonte: Elaboração própria.

Em resumo, os autores evidenciaram como temáticas centrais os seguintes recortes: autonomia e participação das mulheres com deficiência na educação superior; manutenção dos direitos; representatividade na docência; violência, capacitismo, opressões, exploração e barreiras; projetos pedagógicos, infraestrutura, percepção docente sobre acessibilidade e inclusão na educação superior; fatores que influenciam o ingresso de mulheres com deficiência na universidade e responsabilidade social com a ética do cuidado.

Na leitura pormenorizada das publicações, a violência, o capacitismo, a opressão, a exploração e as barreiras contra as mulheres com deficiência na educação superior (e fora dela) emergiram nos dados, mesmo quando não era o foco dos autores abordar esses aspectos.

A pesquisa de Souza (2023) aponta que a violência é latente nas vivências de mulheres com deficiência no campo da educação, da



assistência social e do mercado de trabalho, assim como também no campo da saúde, sobretudo, no âmbito da sexualidade, da maternidade e no acesso a serviços médicos. Essa investigação confirma que mulheres com deficiência estão vulneráveis a vivenciar, no espaço privado e público, violência, discriminação e opressões de gênero (SOUZA, 2023).

Há ainda o agravante de que, em caso de violência, poucos profissionais estão qualificados para realizar o devido acolhimento (DINIZ; SANTOS, 2023) e há ausência de acessibilidade, por exemplo, na falta de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em ouvidoria para o registro da denúncia em ocorrências contra mulheres surdas (SILVA, 2020). Quando mulheres com deficiência sofrem violência, muitas não sabem identificar o que estão sofrendo, uma vez que a violência simbólica pode ser ainda mais imperceptível para a vítima, quando estas mulheres são privadas de informações.

Nas entrevistas realizadas por Souza (2023), o relato acerca da violência simbólica, de Dandara, chamou a atenção:

[...] “Diminuir é uma violência que sinto diariamente. Até de uns cuidadores que ‘chega’ e vê que eu tenho muita roupa, e falam:

- Pra que você tem esse tanto de roupa se você só fica nessa cama?

- Pra que você usa sapato se você não anda?

- Para que você vai pôr uma blusa de cotton? Põe uma camisola.

Caramba, será que não posso usar minha roupa? Não, não pode. Maquiagem?! Pra quê?

São violências desse tipo... não sei o que passa na cabeça dessas pessoas para fazer isso, entendeu?” (apud SOUZA, 2023).

Embora a desconstrução da noção de feminilidade seja parte das agendas feministas, quando associada a opressões de gênero, no caso de Dandara, há o movimento inverso: a necessidade de afirmação da feminidade frente ao questionamento das pessoas sem deficiência, em tom de discriminação, acerca de uma mulher com deficiência ser “feminina”, se vestir e usar maquiagem. Existe, nesse caso, um tipo de ação coercitiva de negação da feminilidade de mulheres com deficiência com o intuito de menosprezar e diminuir a autoestima dessas mulheres, conforme a própria Dandara sentiu e relatou na pesquisa de Souza (2023).



No senso comum, por vezes, a violência é interpretada como casos extremos de agressão e assassinato. No entanto, na perspectiva foucaultiana, a violência se estende às relações cotidianas de controle social e poder. As instituições como família, escolas e universidades exercem o poder para manter a ordem estabelecida e disciplinar determinados corpos, sentenciados como inadequados (FOUCAULT, 2019). O relato de Dandara (SOUZA, 2023) evidencia as micro violências cotidianas sofridas por muitas mulheres com deficiência, incluindo a negação do papel de gênero e a anulação da sexualidade dessas mulheres (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014).

Souza (2023) acrescenta que o controle sobre a feminilidade das mulheres com deficiência é tanto exercido nos seus corpos como também na restrição da capacidade de opinar, escolher, realizar, falar e dialogar. Mahin, mulher com deficiência, destaca no trecho da sua entrevista que constantemente está privada da liberdade, pois sempre tem alguém que quer fazer por ela ou a julga como incapaz de realizar uma simples atividade do cotidiano (SOUZA, 2023).

As narrativas das mulheres com deficiência na pesquisa de Souza (2023) e Silva (2020) comprovam que constantemente elas são tuteladas e vigiadas em espaços privados e públicos. Há um contínuo “desempoderamento das mulheres com deficiência”, assim como também de restrição na educação superior “de sua liberdade de expressão, comunicação e acesso à informação” (SILVA, 2020, p. 19).

O silenciamento da opressão esconde vivências de privação e violência, pois subordina as mulheres com deficiência à invisibilidade (BARRETO, 2019; SILVA, 2020). A invisibilidade das mulheres com deficiência é evidente nas estatísticas. O estudo de Elsner e Silva (2023) alerta para a insuficiente coleta de dados, por parte das agências nacionais, referente aos casos de violência contra as mulheres com deficiência. Para os autores, isso “enfraquece a tomada de medidas preventivas e repressivas para a proteção de mulheres com deficiência no país” (ELSNER; SILVA, 2023, p. 37).

Silva (2020) enfatiza que parte da violência é resultado do descrédito ou da indiferença coletiva, construídos historicamente, quando mulheres com deficiência se posicionam e opinam na educação superior. As barreiras atitudinais dificultam o ingresso e a permanência das mulheres com deficiência na Educação Superior (SILVA, 2020). O distanciamento físico e a intimidação, em situações concretas de discriminação, acabam por intensificar a vulnerabilidade dessas



mulheres, anulando ou diminuindo as chances de participação e convivência no espaço universitário.

Apesar das barreiras e da discriminação ainda tão presentes, Torres e Costas (2021) constataam que a educação superior é um espaço propício para o fortalecimento coletivo de mulheres com deficiência, pois, nesse ambiente, elas podem ter a oportunidade de adquirir maior autonomia, desenvolver pensamento crítico, científico e participar de tomadas de decisão para intervenção social por meio da formação profissional, científica, técnica e humana. Essas aprendizagens são particularmente relevantes para grupos sociais, como de mulheres com deficiência, que foram historicamente excluídos e tutelados em espaços de poder.

Cultura, atitude e capacitismo no debate sobre inclusão na Educação Superior

As pesquisas evidenciam que o capacitismo está presente na cultura universitária (SILVA, 2020; BEZERRA; FARIAS; MAGALHÃES, 2023). Segundo Campbell (2008), o capacitismo é a discriminação contra as pessoas com deficiência baseada em um sistema de crenças que as coloca em condição de subalternidade e supervaloriza os aspectos da não deficiência. O capacitismo, tal como o racismo e o machismo não é uma discriminação pontual, mas sistêmica, caracterizado por crenças que estigmatizam as pessoas com deficiência, tratando essa diferença como anormal, inferior, menos desejável e aceitável em comparação aos padrões estabelecidos (CAMPBELL, 2009). Bezerra, Farias e Magalhães (2023) acrescentam que:

[...] A sociedade estabelece uma concepção de corpo funcional e um padrão a seguir, surge o termo capacitismo, cujo objetivo é nomear uma forma de preconceito já existente, debater e agir contra atitudes que, de alguma forma, questionam as capacidades de indivíduos por terem deficiência (BEZERRA; FARIAS; MAGALHÃES, 2023, p. 44).

Mas como o capacitismo opera na Educação Superior, considerando as diferenças entre homens e mulheres com deficiência? Silva (2023, p. 2) argumenta que o capacitismo está enraizado na sociedade e tornou-se um obstáculo para as pessoas com deficiência, sobretudo, quando relacionado a aspectos de Gênero, Renda,



Raça/Etnia. Na Educação Superior, o capacitismo emerge em contextos em que a capacidade das pessoas com deficiência é colocada à prova. Isso significa que, o capacitismo fica evidente quando o estigma da incapacidade, associada à deficiência, restringe a possibilidade de participação e aprendizagem, bem como os direitos humanos e as liberdades fundamentais dessas pessoas (ONU, 2006; BEZERRA; FARIAS; MAGALHÃES, 2023).

A pesquisa de Silva (2020) revela atitudes capacitistas advindas de professores e colegas de sala de aula, presentes na trajetória universitária de mulheres com deficiência. Os resultados dessa pesquisa demonstram como a ideia da incapacidade, tradicionalmente atribuída à deficiência e às mulheres em áreas tecnológicas, é (re)produzida no ambiente acadêmico e, de forma dupla, na experiência de mulheres com deficiência. Uma discente surda do curso de Ciências da Computação relatou que é sistematicamente excluída das atividades de grupos – em uma classe com maior representação masculina –, não tem a oportunidade de se comunicar e participar das aulas e, ainda, é desestimulada pelos professores, quando estes a incentivam a desistir do curso e mudar para um “curso mais fácil”, como Pedagogia (SILVA, 2020).

A fala preconceituosa dos professores sobre a mudança para um “curso mais fácil” – para uma área com maior concentração feminina como Pedagogia –, leva à interpretação de que, além do desconhecimento da área, há uma atitude coercitiva na indução de que a carreira tecnológica é um lugar superior e por isso não é o lugar para uma mulher surda. Esse dado corrobora com a pesquisa de Costa, Oliveira e Klein (2021) que reconhece que mulheres surdas sofrem diversas barreiras no meio social, pois elas são constantemente discriminadas e negligenciadas socialmente, como se houvesse um isolamento intencional dessas mulheres do lugar público.

Além disso, a exclusão entre os pares (em maioria masculina) e o preconceito dos docentes na universidade, ambos vivenciados pela estudante surda (SILVA, 2020), trazem nuances da discriminação associada ao Gênero e à Deficiência, pois o estigma da incapacidade, atribuído à deficiência, intensifica-se quando relacionado a mulheres, ainda mais, quando elas estão matriculadas em cursos de áreas tecnológicas; dado que nessas áreas a Discriminação de Gênero é comum (CRUZ, 2012).

A atitude de omissão de oportunidade (ONU, 2006) também é uma discriminação em razão de Gênero e Deficiência, pois os autores



evidenciaram que há uma invisibilidade intencional das mulheres com deficiência (BRECHE; MENDES, 2023) nos espaços públicos e dentro das instituições de ensino superior. A omissão e a invisibilidade se revelam em barreiras atitudinais e pedagógicas, como no “faz de conta” que não há discentes com deficiência na turma e, logo, não ocorrem mudanças na adequação do currículo e dos métodos de ensino para torná-los acessíveis (SILVA, 2020; BEZERRA; FARIAS; MAGALHÃES, 2023).

A representação de mulheres com deficiência em posições de destaque na academia é limitada (BRECHE; MENDES, 2023). Assim, os aspectos mencionados, juntos, contribuem para um ciclo de discriminação e exclusão, pois a falta de representação reforça a percepção de que a Educação Superior não é um lugar para as mulheres com deficiência, já que não é um espaço acolhedor e acessível para essas estudantes ou, mesmo, por manter-se um lugar hostil para as poucas mulheres com deficiência que conseguem conviver com barreiras de acesso e permanência no curso superior (SILVA, 2020).

Dessa forma, o capacitismo articulado ao machismo não só perpetua os preconceitos em razão da deficiência e a discriminação de gênero, como também limita o pleno desenvolvimento e a participação das mulheres com deficiência. Desta forma, para proporcionar, de fato, uma educação inclusiva, é preciso começar a mudança na cultura a partir da sensibilização sobre barreiras atitudinais que estão enraizadas na sociedade.

Nesse sentido, Silva (2020, p. 22) argumenta que “a inclusão no Ensino Superior é uma consequência do processo de luta iniciado na Educação Básica, que se tornou uma bandeira política nas legislações e na política de ação afirmativa”. No entanto, a Revisão de Literatura indica que as vivências de mulheres com deficiência são cerceadas por desafios e barreiras. Essa realidade evidencia que, além da existência de políticas para a inclusão e ações afirmativas, é preciso que haja uma transformação cultural no espaço universitário em prol de atitudes anticapacitistas, de valorização das diferenças humanas, considerando a tomada de responsabilidade social na eliminação de barreiras relacionadas ao gênero e à deficiência, bem como a outros marcadores de identidade (BEZERRA; FARIAS; MAGALHÃES, 2023; CANONICA, 2023).

Considerações Finais



O propósito deste artigo foi examinar, em uma Revisão de Literatura, a relação entre as categorias Gênero e Deficiência na Educação Superior, com destaque para as experiências universitárias de mulheres com deficiência. O panorama das pesquisas revela que a inclusão não se limita ao âmbito educacional, pois se estende às dimensões sociais e políticas, valendo-se do enfrentamento coletivo de sistemas, como o capacitismo e o machismo, também (re)produzidos nas instituições de Educação Superior. Assim, ao abordar a inclusão na Educação Superior, é necessário mencionar a equidade de Gênero com o propósito de dar visibilidade às demandas específicas de mulheres com deficiência e de outros grupos que permanecem invisíveis em categorias epistemológicas amplas.

As discussões sobre Gênero e Deficiência na Educação Superior revelam que as mulheres com deficiência enfrentam barreiras significativas que comprometem seu direito ao acesso, à permanência e ao desenvolvimento acadêmico. Essas barreiras começam no espaço privado e estendem-se ao espaço público, onde diferentes tipos de violências, opressões e discriminações tornam-se eventos corriqueiros na vida dessas mulheres. A presente Revisão de Literatura evidencia que, embora pouco investigado, o capacitismo estrutural associado à discriminação de gênero gera obstáculos na experiência das pessoas com deficiência, repercutindo no contexto acadêmico por meio da invisibilidade das demandas específicas dessa diversidade e, conseqüentemente, na ausência de políticas e práticas institucionais interseccionais.

Ao refletir sobre as barreiras de acesso e permanência para mulheres com deficiência, torna-se evidente a necessidade de mudanças profundas na cultura e na estrutura universitária. Uma opção viável é a reformulação de políticas de inclusão na Educação Superior, incorporando medidas interseccionais para atender à equidade de gênero, de modo que as ações sejam articuladas e não sejam implementadas de forma isolada, por setores distintos.

É responsabilidade social das instituições de Ensino Superior, não apenas garantir acessibilidade física e pedagógica, mas também eliminar barreiras atitudinais e simbólicas que limitam a participação e ainda desempoderam as mulheres com deficiência na formação universitária. O primeiro passo para a superação dessas barreiras é dar visibilidade às questões de Gênero e Deficiência na Educação Superior para, assim, buscar alternativas que garantam a inclusão plena de grupos específicos



que, por razões distintas, se encontram silenciados epistemologicamente (BARRETO, 2019), como é o caso das mulheres com deficiência no contexto acadêmico.

Referências:

ALONSO, A. A introdução da interseccionalidade em Portugal: Repensar as políticas de igualdade(s). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 90, p. 25-43, 2010.

BARNES, C. *Disabled People in Britain and Discrimination: A Case for Anti-discrimination Legislation*. London: Hurst & Company, 1991.

BARRETO, R. G. S. O Silenciamento como problema epistemológico. Dissertação (Mestrado em Filosofia). 102 f. Universidade Federal da Bahia. Salvador: FFCH/PPGF, 2019.

BECHE, R. C. E. MENDES, G. M. L. O que nos mostra a produção científica sobre as mulheres com deficiência no Ensino Superior? *Revista Educação Especial*. v. 36, 2023.

BEZERRA, A. V. FARIAS, A. Q. MAGALHÃES, R. C. B. P. Estudos interseccionais da deficiência: experiências sexistas e capacitistas vivenciadas por uma estudante cega no ensino superior. *Revista Educação inclusiva- REIN*, 2023. p. 42–51. ed.1, v. 8. 2023.

CANONICA, Giovane. Uma Análise Epistemológica sobre o Capacitismo da Mulher Deficiente e a Perpetuação deste pelos Modelos Jurídicos e Sociais Tradicionais. In. *Coleção Sistema de justiça, gêneros e diversidades*. Org. Hugill, M. S. G. et. al. Florianópolis: Editora Academia Judicial, 2023. p. 93-103.

CAMPBELL, F. K. *Contornos do Capacitismo: A Produção da Deficiência e da Não-Deficiência*. Londres: Palgrave Macmillan, 2008.

COSTA, A. C. B. OLIVEIRA, W. M. M. KLEIN, M. Representações sociais de Mulheres Surdas mirienses sobre si: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 26, p. 1–16, 2021.



Disponível em: 10.24220/2318-0870v26e2021a5356. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducao/article/view/5356>
Acesso em: 3 out. 2024.

CRUZ, Maria Helena Santana. Mapeando diferenças de gênero no ensino superior da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 4, p. 555-568, out. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000400007> Acesso em: 3 out. 2024.

DINIZ, F. C. O. R. SANTOS, P. L. Vozes silenciadas: a invisibilidade da violência doméstica contra mulheres com deficiência. In. Coleção Sistema de justiça, gêneros e diversidades In. Coleção Sistema de justiça, gêneros e diversidades. Org. Hugill, M. S. G. et. al. Florianópolis: Editora Academia Judicial, 2023. p. 24-36.

ELSNER, L. O. SILVA, B. M. S. Violência contra as mulheres com deficiência no Brasil: Uma análise das (in)suficiências da coleta de dados à luz do direito. In. Coleção Sistema de justiça, gêneros e diversidades. Org. Hugill, M. S. G. et. al. Florianópolis: Editora Academia Judicial, 2023. p. 37-55.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. Lutas Sociais, vol.17, n.31, p.59-73, 2013.

OMS. Relatório Mundial sobre a Deficiência. 2011. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/09/9788564047020_por.pdf Acesso em: 3 out. 2024.

ONU. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2006. Disponível em:



<https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf> Acesso em: 3 out. 2024.

SILVA, J. S. S. A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. *Revista Educação Especial*, 33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X38311> Acesso em: 3 out. 2024.

SILVA, S. L. C. Educação, gênero e deficiência: estado da arte de dissertações e teses brasileiras. ed. Campinas, SP: ETD- Educação temática digital, v. 25, p. 1-19, 2023.

SILVA, J. S. S.; GONZÁLEZ-GIL, F. Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científicas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, n. 4, p. 607-622, out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000400010> Acesso em: 3 out. 2024.

SILVA, T. S. Gênero e Deficiência: Desafios e Adaptações na Educação Superior. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, n. 72, p. 123-140, 2020.

SILVA, J. S. S. S. Indicadores de accesibilidad para la educación superior desde la perspectiva de la equidad de género. Tese (Doutorado em Educação). Universidad de Salamanca, Espanha: 2019.

SOARES, A. M. M. Nada sobre nós sem nós: estudo sobre a formação de jovens com deficiência para o exercício da autoadvocacia em uma ação de extensão universitária. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SOUZA, A. B. V. Gênero, Deficiência e suas Interseções: Vivência das Usuárias de um CER III. In. *Coleção Sistema de justiça, gêneros e diversidades*. Org. Hugill, M. S. G. et. al. Florianópolis: Editora Academia Judicial, 2023. p. 56-73.

TORRES, N. E. COSTAS, F. Mulheres com deficiência na Educação Superior: afirmação de direitos e processos de autonomia. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 21, n. 68, p. 210-234, 2021.



UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394> Acesso em: 3 out. 2024.

VERONEZI, D. P. DE O.; RIBEIRO, G. M. DE C.; GOMES, S. H. DE A. Mulheres com deficiência na docência brasileira. *Em Questão*, v. 28, n. 2, p. 241–264, 2022.



Does a woman with a disability choose the place where she wants to be? Study on Gender and Disability in Higher Education

ABSTRACT: This article aims to map publications on gender and disability in higher education. Research exploring the intersection of gender and disability in higher education, particularly focusing on the university experiences of women with disabilities, remains incipient. The limited dissemination of scientific studies on this topic contributes to the invisibility of the barriers that affect these women and hinder their access, retention, and completion of higher education. Considering these aspects, this paper presents a literature review covering the period from 2018 to 2024. The findings indicate that, although the number of identified publications is small, there are studies addressing gender and disability in higher education with a focus on the experiences of women with disabilities. Even in an exploratory manner, these studies suggest that examining the intersection of gender and disability is crucial to highlighting the barriers that specifically affect women with disabilities in their academic trajectories.

KEYWORDS: Gender. Disability. University education. Bibliographic review.

Jackeline Susann Souza da SILVA

Professora adjunta na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Educação pela Universidad de Salamanca (Espanha). Mestre em Educação e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenadora do Projeto de Iniciação Científica “Indicadores de Acessibilidade e Gênero para a Educação Superior”, apoiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Samuel da Silva LIMA

Graduando no Curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista FUNCAP no Projeto de Iniciação Científica “Indicadores de Acessibilidade e Gênero para a Educação Superior”.



Jackeline Susann Souza da Silva
Samuel da Silva Lima
Maria Aurélia Rebouças Feitoza

285

Maria Aurélia Rebouças Feitoza

Graduanda no Curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Voluntária no Projeto de Iniciação Científica “Indicadores de Acessibilidade e Gênero para a Educação Superior”.

Agradecemos o apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Recebido em: 07/10/2024

Aprovado em: 18/03/2025